



ARTIGOS

A GRANDE CRISE E AS CRISES BRASILEIRAS: O EFEITO CATALISADOR DA COVID-19

Carlos Melo¹, Sandro Cabral²

1 - Doutor em Ciência Política e Professor do Insper

2 - Doutor em Administração e Professor do Insper

RESUMO

Identificamos nesse trabalho o papel da Covid-19 na catalisação de crises já existentes no Brasil antes da pandemia: crise econômica crônica, crise econômica aguda, crise de saúde pública e crise de saúde pública. Ao longo do artigo descrevemos como a combinação dessas várias crises conforma a grande crise social e institucional vivenciada pelo país em 2020. Acreditamos que o enfretamento das várias crises se dá pela política e não por sua negação.

Palavras-Chave: Covid-19, crise econômica, crise política, crise de saúde pública.

Enviado em 09 de maio de 2020

Incluído no sistema em 12 de maio de 2020

Aprovado em 29 de maio de 2020

Avaliação pelo sistema *Double Blind Review* com participação dos editores

ABSTRACT

In this paper, we identify the role of Covid-19 pandemics in catalyzing preexisting crisis in Brazil. Namely, the chronic economic crisis, the acute economic crisis, the public health crisis, and the political crisis. We argue that the combination of these crisis shape the monumental social and institutional crisis observed in the country in 2020. Instead of denying the role of politics, we believe that politics is key to address the several existing crisis.

Keywords: Covid-19, economic crisis, public health crisis, political crisis.

A pandemia da Covid-19 gerou a maior crise vivenciada pela humanidade desde a Segunda Guerra Mundial. Para além de ceifar vidas e espalhar sofrimento, os efeitos econômicos e sociais da pandemia afetaram, têm afetado e afetarão por muitos anos as parcelas mais vulneráveis da população do planeta. Naturalmente, o Brasil além de não ser imune ao ambiente global, assistiu ao acentuado agravamento em seu cenário econômico e político, a partir da crise de Saúde Pública, causada pela Covid-19. Ao longo das semanas, o Brasil vivenciou novas confusões, escaramuças e crises dentro da crise vieram à cena durante a pandemia. Para o presidente da República, Jair Bolsonaro, a pandemia seria a responsável pela reversão de uma suposta trajetória exitosa construída sob seu comando, e a deterioração do quadro econômico brasileiro seria responsabilidade das políticas de isolamento social decretadas por governadores e prefeitos em vários estados.

No presente texto, ao colocarmos o quadro brasileiro em perspectiva e de forma contextualizada, oferecemos elementos que permitem identificar a pandemia da Covid-19 como grande catalisador de outras crises já vivenciadas no Brasil. Com efeito, antes de qualquer manifestação do vírus na China, o Brasil já vivia um processo de crise aguda na economia e na política. Com uma dívida

pública acima de 80% do Produto Interno Bruto, dificilmente alterada pelas tímidas medidas tomadas pelo governo federal ao longo de 2019, no início do mês de março de 2020, o país já lamentava a revelação do modestíssimo 1,1% de crescimento econômico em relação ao ano anterior. Isto para não mencionar os insistentes números do desemprego flutuando em torno de 12 milhões pessoas pré-pandemia, além da informalidade e da precarização dos postos de trabalho. Ou seja, os fatos já se impunham a despeito de toda a euforia, por exemplo, do mercado financeiro em relação ao governo Bolsonaro. Os dados relativos aos pífios resultados econômicos pré-pandemia são fartos e basta consulta-los.

Assim, o que se vivenciou no Brasil não foi “uma” crise; mas a resultante de várias crises que desaguam na grande crise, na monumental crise que o país vive e possivelmente viverá por muitos anos, mantida a trajetória atual. É necessário distanciar-se, separar todos os elementos, as partes e pedaços do quebra-cabeças que compõem as várias crises para num primeiro momento compreendê-la, traçar diagnósticos e, posteriormente, desenhar possíveis soluções de contorno. Há questões mais antigas e estruturais; outras que atuam em paralelo ou mesmo como decorrência da Covid-19, que, como argumentamos, apenas

catalisou uma série de processos que já se manifestavam.

Para compreender o todo e as partes, identificamos quatro crises que combinadas desaguam na grande crise: 1) a **crise econômica crônica**, que perdura há anos, à qual o governo atual, depois de muito prometer, tem demonstrado não ter respostas eficientes para ela, insistindo já na desgastada tecla das “reformas estruturais de que tanto o país precisa”. 2) a segunda é a **crise econômica aguda**, esta sim, resultante da Covid-19 e dos abalos no mercado de petróleo – situação agravada pela lentidão e ineficiência das ações governamentais, pelo dogmatismo ideológico de parte da equipe econômica e, infelizmente, pela falta de saber mesmo o que fazer em situações extremas; 3) a terceira é o **crise de saúde pública**, desde sempre presente, mas agravada em decorrência da emergência causada pelo contágio e pela virulência do novo vírus; e, por fim 4) a **crise política** provocada por críticas e questionamentos ao próprio regime democrático. Tal fenômeno, que se dá também em nível mundial, resulta em pernicioso processo populista e iliberal (Mounk, 2019), agravado pela brutal ausência de lideranças políticas nacionais (Melo, 2017) e pela irascibilidade e erros do presidente da República a frente do Brasil em momento tão único.

A **crise econômica crônica (1)** é amplificada pela ausência de mentalidade que consiga enxergar a saída da escuridão para além das necessárias reformas estruturais. O combate ao drama fiscal era e é condição necessária, mas não suficiente para o enfrentamento dessa crise. Governos e muitos economistas de mercado tendem a sobrevalorizar essa perspectiva, em especial, como alguém que já viciou no velho remédio que serve apenas como lenitivo da dor. Políticas mais amplas de desenvolvimento parecem desde sempre necessárias, sem que possam esperar o dia seguinte, o dia em que as reformas ideais sejam realizadas e criem o ambiente positivo para despertar o investimento privado.

Há um campo enorme para iniciativas públicas e privadas voltadas a mitigar os efeitos da pandemia. Investimentos estatais e em conjunto com o setor privado em infraestrutura, medidas microeconômicas, tais como protocolos e marcos regulatórios que aumentem a colaboração entre agências governamentais que frequentemente rivalizam entre si (Quélin et al, 2019), além de um olhar mais assertivo para o drama do desemprego, da informalidade e da precarização do trabalho, à luz da avassaladora revolução tecnológica das duas últimas décadas são ações essenciais. Políticas públicas de mitigação dos efeitos da transformação tecnológica, ao lado de assistência social e treinamento, a partir de

uma nova educação, têm sido assuntos esquecidos pelas autoridades – talvez em virtude de serem incapazes de compreender o processo planetário de transformações estruturais que aí se estabeleceu.

Discorrer sobre a **crise econômica aguda (2)** presente já antes da Covid-19 alcançar o Brasil, potencializada por conflitos no mercado internacional de petróleo, é tarefa ingrata para cientistas sociais. Ela tem raízes em desajustes mais profundos da economia mundial, na disputa política e comercial travada pelas atuais grandes potências – Estados Unidos e China – e na transformação estrutural por que passarão setores antigos, exatamente como o petróleo, diante de um mundo novo, de nova tecnologia e fontes renováveis de energia. As evidências existentes sugerem que questões dessa natureza não se resolvam apenas por medidas dos bancos centrais. Ou, no caso brasileiro, pela liberação pouco criteriosa de recursos, proteção de setores e empresas e todo o tradicional ativismo interventor do Estado brasileiro (Musacchio e Lazzarini, 2014). Infelizmente, trata-se de uma crise em que o país apresenta limitadas margens de manobra, sejam em função das amarras institucionais formais e informais, seja em razão de escolhas recentes no âmbito da política externa, dependente e articulada com apenas os Estados Unidos – ou melhor dizendo, com o governo de Donald Trump.

A partir da Covid-19, a **crise da saúde pública (3)** compreende uma terrível reação em cadeia, que pode levar a seu colapso e que demandará além de recursos financeiros, eficiência logística, para a qual os entes federativos nos seus três níveis parecem pouco aparelhados. Não se trata apenas da insuficiência do número de leitos – normais e de UTI –, mas também de questões mais amplas que afetam a gestão da cadeia de suprimentos. Faltam ambulâncias, médicos, enfermeiros, paramédicos, remédios e equipamentos de proteção. Some-se a isso, as deficiências nos serviços de suporte, na medida em que faltam casas de acolhimento, sistemas consolidando informações, policiamento comunitário, além de protocolos críveis para guiar ações em áreas mais afetadas que tenham que adotar políticas mais agressivas de distanciamento social (lockdown), nos diferentes ciclos e ondas da pandemia. Como se fosse pouco, há ainda o histórico de chicanas políticas orientadas a interesses comezinhos de curto prazo, gerando um improdutivo ambiente de disputa política em torno da pandemia que agravou ainda mais o estado que já era crítico. Perdemos tempo precioso com atritos e, como para além dos ensinamentos da termodinâmica, esforços desnecessários para gerar calor. Isso tudo custou vidas.

Por fim, a **crise de liderança política (4)**. Ela é antiga e mesmo mundial. Por uma série de

razões a se tratar num outro espaço, nos últimos 30 anos a liderança política tem declinado, a capacidade dos políticos exercerem o que Weber chamava de dominação carismática – que não pode de modo algum se resumir ao líder populista – desapareceu. Assim como amiudou-se a sagacidade, a coragem e eloquência dos dirigentes políticos. O tribuno capaz de arrebatá-lo seu público, por exemplo, se tornou escasso se é que não desapareceu ou sucumbiu. O advento das redes sociais abriu espaço para a participação política, mas de algum modo também vulgarizou o líder, sendo que hoje figuras menores são consideradas míticas.

Mas, se, no caso brasileiro, a crise de liderança é anterior à eleição de Jair Bolsonaro, com ele o quadro se agudizou, assumindo cores gritantes até mesmo dramáticas. A julgar por seu comportamento durante a pandemia, o então presidente da República, referência máxima tanto no presidencialismo quanto no personalismo do Brasil, pareceu desconhecer a complexidade da situação, da sociedade e da função da própria política em um país democrático e multiétnico como o Brasil. Também pareceu ignorar seu papel e noções institucionais básicas diante do problema, amplificando ainda mais os efeitos negativos da pandemia. Ao ignorar as causas da crise e as crises, ao dar à crise ao abrigo das teorias

conspiratórias: ora são os comunistas, ora o *globalismo*, ora os chineses; se indispos com toda a mídia tradicional e profissional – a nacional e a estrangeira. A postura de quem presumidamente seria a liderança máxima do país liquidou as possibilidades de reconstrução do sistema de confiança e cooperação, abalado pelo menos desde 2013, com a série de manifestações populares que ao longo do tempo influenciaram o impeachment da presidente Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro. Ao contrário, o presidente optou apenas pelo tensionamento de conflitos, não se importando em construir consensos; jamais voltado ao espírito de uma nação. Alinhamento e coesão são fatores essenciais para a superação de condições extremas.

Sendo assim, a combinação das quatro crises só faz agravar a situação da grande crise enfrentada pelo Brasil. Não bastasse a tragédia de uma grande crise como é uma pandemia com desdobramentos de crise humanitária, as diversas crises que se desenvolvem em paralelo deram luz à *crise monumental*, provavelmente a maior de nossa história, com desdobramentos ainda imprevisíveis.

A Covid-19 atuou entre os brasileiros também como um terrível catalisador que acelera todas as crises dentro da crise. Nos limites da democracia, a mitigação dos

efeitos colaterais decorrentes da soma das quatro crises identificadas, passa pela capacidade das estruturas institucionais imporem constrangimentos a comportamento alinhados ao interesse público, bem como pela criação de consensos mínimos por parte daqueles que prezam pelo sistema democrático. Para além da

pandemia, o foco sobre o que une e não o que desagrega, aliada ao uso do diálogo como renúncia à agressividade (Stackman et al, 2019) parece ser a melhor forma de superar os graves problemas que vivemos e viveremos. Em outras palavras, buscar a salvação por meio da política e não contra ou a despeito dela.

Referências:

- Melo, C. (2017). Liderança Política no Brasil: processo e diagnóstico de uma crise (Ausência de liderança política, a verdadeira crise brasileira). *Gestão e Sociedade*, 11(30), 2011-2041.
- Mounk, Y. (2019) *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Musacchio, A., & Lazzarini, S. G. (2014). *Reinventing state capitalism*. Harvard University Press.
- Quelin, B. V., Cabral, S., Lazzarini, S., & Kivleniece, I. (2019). The Private Scope in Public–Private Collaborations: An Institutional and Capability-Based Perspective. *Organization Science*, 30(4), 831-846.
- Stackman, R. W., Martin de Holan, P., Argyres, N., Cabral, S., Moliterno, T. P., Stoner, J., & Walsh, J. P. (2019). Dialogue as Renounced Aggression: JMI and the Case of AOM’s President’s Response to EO13769. *Journal of Management Inquiry*, 28(3), 268-275.

CONTATO

Carlos Melo

Doutor em Ciência Política e Professor do Insper, São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: carlos.melo@insper.edu.br

Sandro Cabral

Doutor em Administração e Professor do Insper, São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: sandroc2@insper.edu.br